

# A CLASSE TRABALHADORA VAI A UNIVERSIDADE: ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS A PARTIR DOS DADOS DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – USP

LA CLASE OBRERA LLEGA EN LA UNIVERSIDAD: ANALISIS DE LAS  
IMPLICACIONES POLÍTICO Y PEDAGÓGICAS A PARTIR DE LOS  
DATOS DEL DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – USP

THE WORKING CLASS GOES TO UNIVERSITY: ANALYSIS OF  
POLITICAL AND EDUCATIONAL IMPLICATIONS FROM THE DATA OF  
THE DEPARTMENT OF GEOGRAPHY - USP

**Eduardo Donizeti Girotto**

*Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo, Mestre em Geografia Humana pela mesma Instituição. Docente no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Rua Angá, 896, ap. 94B, São Paulo, Vila Formosa, CEP: 03360-000.*

*Email: egirotto@usp.br*

## RESUMO

Nas últimas décadas no Brasil, houve um aumento dos estudantes provenientes da classe trabalhadora nas universidades públicas e privadas. Este aumento é resultado da luta de diferentes organizações e de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado brasileiro para ampliar o acesso à universidade pública. Neste contexto, o presente trabalho busca, a partir da análise do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação do Departamento de Geografia da USP, discutir as implicações político-pedagógicas da chegada da classe trabalhadora à universidade. Para tanto, retomamos os debates trazidos pela literatura científica sobre esta temática, buscando construir relações com o nosso objeto de investigação. Além disso, analisamos dados de questionário aplicado a 290 estudantes (em um total de 1127) regularmente matriculados no curso de graduação do DG-USP no primeiro semestre de 2016, levando em consideração tanto a condição socioeconômica dos estudantes, quando a percepção dos mesmos em relação as principais dificuldades encontradas no curso. A partir, é possível perceber que a chegada da classe trabalhadora à universidade pública provoca importantes processos de debates e embates na dinâmica político-pedagógica dos cursos que podem ser importantes momentos coletivos de reconstrução curricular e de práticas educativas.

PALAVRAS-CHAVES: Ensino Superior; Classe Trabalhadora; Currículo; Geografia

## RESUMEN

En las últimas décadas en Brasil, ha tenido una ampliación de los estudiantes de las clases obreras en las universidades públicas y privadas. Esta ampliación es resultado de las luchas de diferentes organizaciones y de políticas públicas desarrolladas por el Estado brasileño para ampliar el acceso a universidad pública. En este contexto, el presente trabajo busca, a partir del análisis del perfil socioeconómico de los estudiantes del Departamento de Geografía de la Universidad de São Paulo, discutir las implicaciones políticas y pedagógicas de la llegada de la clase obrera a universidad. Para eso, volvemos a los debates presentes en la literatura científica a cerca de esta temática, buscando construir relaciones con nuestro objeto de investigación. Además, hemos analizado datos de encuesta hecha con 290 estudiantes (en un total de 1127) matriculados en el curso de grado del Departamento de Geografía da USP en el primero semestre de 2016, llevando en cuenta las dificultades encontradas en el curso. Así, es posible percibir que la llegada de la clase obrera en la universidad pública desarrolla importantes procesos de debates y tensiones en la dinámica política y pedagógica de los cursos que pueden ser importantes momentos colectivos de reconstrucción curricular y de las prácticas educativas

PALABRAS CLAVES: Enseñanza Superior; Clase Obrera, Curricula, Geografía.

---

## ABSTRACT

In the last decades in Brazil, there was a increasing of the workers class students at public and private university. This increasing is result from fight of different organizations and public politics developed by brazilian state to enlarge the access for public university. In this context, the present work, from the analysis of the socioeconomic profile of undergraduate students in the Department of Geography at USP, discuss the political-pedagogical implications of the arrival of the working class to the university. Therefore, we resumed the debates brought by the scientific literature on this subject, seeking to build relationships with our investigation. In addition, we analyzed questionnaire data applied to 290 students (in total 1127) enrolled in the course of DG-USP graduation in the first half of 2016, taking into account both the socioeconomic status of students when their perception in regarding the main difficulties encountered in the course. From, we can see that the arrival of the working class public university causes important processes of debate and clashes in the political and educational dynamic of courses that can be important collective moments of curriculum reconstruction and educational practices.

KEYWORDS: Higher education; Working Class, Stay; Curriculum; Geography

---

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, em especial com maior intensidade a partir dos anos 1990, têm-se ampliado o acesso de estudantes provenientes da classe trabalhadora ao ensino superior, tanto público quanto privado. Este processo tem sido analisado por diferentes autores (SPÓSITO & ANDRADE, 1986; ALMEIDA, 2007; ZAGO, 2004; PEREIRA & PASSOS, 2007) que buscam compreender as implicações político-pedagógicas do mesmo, levando em consideração não apenas as dificuldades de acesso ao curso superior, mas aquelas referentes à permanência e vivência da universidade.

No entanto, apesar das transformações ocorridas, principalmente no que se refere à ampliação do acesso<sup>1</sup>, o sistema de ensino superior brasileiro apresenta-se ainda altamente seletivo no que diz respeito ao setor público e bastante assimétrico na relação entre público e privado. Tais elementos precisam ser levados em consideração e problematizados para que possamos avançar na construção de um processo de democratização do ensino superior que significa, em nossa perspectiva, garantir aos diferentes sujeitos a apropriação dos conhecimentos construídos historicamente e a condição de também se tornarem sujeitos neste processo. Tal desafio pressupõe discutir os mecanismos de acesso e permanência à universidade pública, compreendendo as implicações político-pedagógicas que a chegada de novos sujeitos educacionais traz.

Recentemente, a Universidade de São Paulo, principalmente em decorrência da pressão dos movimentos sociais, tem ampliado o debate sobre as questões de acesso e permanência em seus cursos, adotando algumas medidas, dentre as quais destacamos o INCLUSP<sup>2</sup> e a adesão ao SISU<sup>3</sup>. No caso do Departamento de Geografia da USP, objeto de nossa investigação, já há uma importante parcela de estudantes da classe trabalhadora nos cursos oferecidos, em parte como consequência destas políticas.

Diante deste contexto, o presente trabalho busca, a partir da análise do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação do Departamento de Geografia da USP, discutir as implicações político-pedagógicas da chegada da classe trabalhadora à universidade. Para tanto, retomamos os debates trazidos pela literatura científica sobre esta temática, buscando construir relações com o nosso objeto de investigação. Após isso, passamos a análise dos dados de questionário aplicado a 290 estudantes (em um total de 1127) regularmente

<sup>1</sup> Segundo dados do MEC, em 2016, 51% das vagas das universidades federais serão destinadas à alunos cotistas.

<sup>2</sup> Programa criado pela Universidade de Paulo que busca ampliar o ingresso dos estudantes provenientes de escola públicas com a bonificação que aumento em 12% a nota final na prova do vestibular.

<sup>3</sup> Sistema de Seleção Unificado, mecanismo criado pelo Governo Federal Brasileiro para selecionar, a partir da nota no Exame Nacional do Ensino Médio, os estudantes para as instituições públicas de Ensino Superior do País.



matriculados no curso de graduação do DG-USP no primeiro semestre de 2016. Nesta análise levamos em consideração tanto a condição socioeconômica dos estudantes, quando a percepção dos mesmos em relação as principais dificuldades encontradas no curso até o momento. Na última parte do artigo, buscamos compreender como a chegada da classe trabalhadora à universidade pública provoca importantes processos de debates e embates na dinâmica político-pedagógica dos cursos e como as mesmas, no caso do DG-USP, podem ser importantes momentos coletivos de reconstrução curricular e de práticas educativas.

Esperamos que esta discussão possa contribuir na construção de políticas articuladas de acesso e permanência que visem estabelecer um efetivo processo de democratização do ensino superior em nosso país, sendo este, em nossa perspectiva, um dos principais desafios contemporâneos da Universidade de São Paulo.

## **A CLASSE TRABALHADORA E A UNIVERSIDADE**

Apesar de não ser o objeto central de nosso trabalho, é fundamental retomar a discussão acerca do conceito de classe trabalhadora, uma vez que o mesmo se apresenta essencial na análise que aqui buscamos construir. Partimos do pressuposto que, apesar das transformações ocorridas nas últimas décadas na relação entre capital e trabalho no Brasil e no mundo, a condição de classe trabalhadora é reinscrita a todo o momento como fundamental no entendimento da dinâmica do capitalismo contemporâneo. Evidente está que se trata de um conceito em constante disputa, visto os avanços que tivemos termos tais quais “nova classe média”, “classe C”, entre outros, nos últimos anos no Brasil em decorrência, inclusive, de determinada políticas econômicas e sociais postas em práticas que colocaram a ênfase na melhoria econômica, pouco problematizando outros elementos essenciais na construção da consciência da condição de classe.

Pochman (2013) busca desconstruir o mito da nova classe média, analisando os dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). O argumento principal sustentado pelo autor é que a melhoria das condições econômicas de uma importante parcela da população não significou a ruptura com a condição de classe e sim sua reafirmação, com o aparecimento de uma nova classe trabalhadora. Para sustentar este argumento, o autor apresenta os dados que comprovam o crescimento das taxas de empregos de trabalhadores que recebiam até 1,5 salário mínimo. Trata-se, assim, na ampliação de sujeitos que participam na relação capital trabalho como vendedores da força de trabalho recebendo um salário que, apesar dos ganhos reais dos últimos anos, ainda está na base da pirâmide social do país.

No entanto, apesar desta condição objetiva, o discurso construído em torno do acesso aos bens de consumo como condição para o desenvolvimento da cidadania sem que, com

a mesma intensidade, fosse realizada uma ampla discussão sobre os direitos fundamentais desta nova classe trabalhadora pode ser um dos elementos a explicar a produção de uma consciência de classe que nega à condição material de classe trabalhadora. Há, portanto, uma tensão entre a classe em si e a consciência desta condição que se apresenta, inclusive, na dinâmica política atual em que uma parcela considerável da classe trabalhadora se identifica com posições contrárias aos seus próprios interesses.

Portanto, ao tratar do conceito de classe trabalhadora neste artigo, partimos do pressuposto de que é preciso entendê-lo reconhecendo as condições materiais da relação entre capital e trabalho. É com estas condições que os trabalhadores e trabalhadoras chegam a universidade. São estas condições que possuem efeitos potencializadores ou inibidores de uma ampla vivência da experiência universitária. Por fim, são estas condições objetivas de viver o trabalho, o transporte e a universidade que produzem as angústias da classe trabalhadora em sua experiência no ensino superior. Feitas estas observações iniciais, passemos ao debate de como esta temática vem sendo abordada nas pesquisas na área.

A literatura científica sobre o tema do acesso da classe trabalhadora à universidade é bastante ampla e diversa. Os trabalhos tratam dos mais diferentes aspectos que envolvem esta questão, desde a trajetória escolar na educação básica até as implicações dos cursos noturnos e do trabalho na fruição da universidade pelos estudantes da classe trabalhadora.

Um destes trabalhos é a análise construída por Spósito e Andrade (1986) sobre os alunos e alunas trabalhadores, em especial, de cursos superiores noturnos, que precisam vivenciar a universidade de forma rápida, articulando o tempo dos estudos com aqueles destinados ao trabalho e a locomoção entre os diferentes pontos da cidade. Em suas análises, as autoras buscam compreender os significados que os cursos superiores noturnos têm para estes estudantes, analisando a forma como os mesmos participam das atividades propostas, enfrentam as aulas, as avaliações e todas as etapas a serem superadas até a conclusão do curso. Segundo as autoras,

Trazendo, ao entrar na Faculdade, todas as dificuldades que envolvem a difícil articulação da condição de trabalhador e estudante, este aluno, na maioria das vezes, encontra instituições despreparadas para enfrentar essa nova situação. A relação desse estudante com o ensino formal é bastante conflituosa, pois se realizou sob a égide de uma escolarização que reproduziu, ao longo de anos, as desigualdades sociais originadas nas diferentes esferas da organização da vida coletiva (SPÓSITO & ANDRADE, 1986, p. 4).

Esta dupla condição de estudante e trabalhador é uma das problemáticas mais relevantes a ser considerada na discussão sobre a chegada da classe trabalhadora a universidade. Não se trata de condição secundária, uma vez que para a maior parte dos estudantes-trabalhadores



não existe a opção de abandonar o trabalho para continuar os estudos. São, na grande maioria, estudantes que necessitam do salário para estarem na universidade, mesmo sendo pública. Para muitos, inclusive, a estabilidade financeira, mesmo que parcial, é pré-condição para que possam concorrer a uma vaga no ensino superior público, continuando assim a sua trajetória de escolarização. Para as autoras, é a partir desta condição de trabalhador que estes estudantes se relacionam com o curso superior, com os seus limites e possibilidades:

É como trabalhador que ele frequenta as aulas e vê na faculdade um desdobramento do mundo do trabalho: lições, deveres, horários e o diploma como substituto do salário; o mundo cotidiano também aparece como um imenso conjunto de fragmentos não articulados, expressão da alienação do processo e do produto do seu trabalho, cuja expressão mais evidente é a sensação de solidão, de estar em tudo, mas não estar em nada, da pressa, da falta de uma compreensão totalizadora dos fragmentos que constituem seu mundo (trabalho, escola, família) (SPÓSITO & ANDRADE, 1986, p. 13)

Estar em tudo, sem estar em nada; ver o processo de formação passar diante dos olhos, sem se sentir profundamente alterado: estas são algumas das condições analisadas pelas autoras que são bastante semelhantes com aquelas encontradas em nossa investigação. Trata-se, portanto, de um desafio fundamental, uma vez que envolve a discussão sobre as experiências universitárias dos estudantes da classe trabalhadora. Este tempo rápido com o qual tais estudantes se deparam todos os dias implica na forma como se relacionam com os conteúdos do curso, com a construção da identidade profissional, com os docentes, com os outros alunos e alunas. Com isso, falta tempo para vivenciar a universidade em todas as possibilidades que a mesma oferece: cursos de extensão, projetos de pesquisa, grupos de leitura, entre outros. A vivência da universidade, desta forma, torna-se restrita a alguns de seus espaços-tempos, em especial, a sala de aula, lugar onde as angústias, então, se acentuam.

Tal situação se torna ainda mais complexa quando são analisadas as condições de escolarização anteriores ao ingresso no ensino superior. Na maioria dos casos, tais estudantes enfrentam dificuldades no diálogo com os conteúdos, metodologias e materiais propostos no curso universitário decorrente também de lacunas no processo de escolarização básica. Com isso, após enfrentarem as barreiras de acesso ao ingresso no ensino superior, principalmente público, tais estudantes se deparam com inúmeras outras dificuldades no decorrer de sua trajetória de escolarização e que acentuam o problema da desigualdade interna de fruição do curso superior.

Em sua pesquisa de mestrado, Almeida (2007) analisa este “esforço contínuo” dos estudantes da classe trabalhadora no Ensino Superior, que precisam, a todo o momento, superar as inúmeras barreiras que se apresentam aos mesmos. Trata-se de um contínuo

processo de estranhamento, que requer destes estudantes o enfrentamento cotidiano dos limites que a experiência universitária apresenta:

A universidade é um novo local de estudos que requer a aprendizagem – muitas vezes feita de modo penoso – de novos tipos de tarefas escolares, na maioria das vezes desconhecidas por esses estudantes, como a apresentação de seminários, relatórios, trabalhos, as quais, quando relacionados com o alto nível de exigência, pedem uma habilidade para administrar um tempo que já é exíguo, devido à necessidade inadiável do trabalho para sobrevivência (ALMEIDA, 2007, p. 45)

Se é verdade que a universidade requer aprendizagens contínuas para todos os sujeitos, é também evidente que a dupla condição de estudante-trabalhador, que resulta, como apontam os autores, na falta de tempo, é um contexto que não pode ser menosprezado nas discussões sobre a democratização do ensino superior. Em certa medida, o que tem ocorrido é um processo no qual se busca ocultar estas desigualdades de condições de vivência da universidade entre estudantes de diferentes perfis socioeconômicos. Com isso, corre-se o risco de produzir um efeito semelhante aquele descrito por Pereira e Passos (2007) em que, pelo seu próprio funcionamento, “o sistema de ensino faz com que as desigualdades sociais transmutem-se em desigualdades escolares” (p. 30).

Outra importante discussão que atravessa as pesquisas acerca do acesso e permanência da classe trabalhadora no ensino superior diz respeito à predominância das matrículas no período noturno. Evidente está que, se tratando de uma classe que não pode optar entre estudar e trabalhar, a existência de cursos noturnos se torna condição sem a qual uma parte importante dos estudantes da classe trabalhadora não teria acesso ao ensino superior, seja público ou privado. Pelos dados do INEP (2015), no momento atual temos mais de 2/3 das vagas de ensino superior no Brasil oferecidas em cursos noturnos, sendo que é maior o percentual destas vagas nas universidades e faculdades particulares. As pesquisas demonstram que a predominância das matrículas dos estudantes da classe trabalhadora no período noturno traz importantes implicações no processo de vivência da universidade, acentuando um contato mais rápido e superficial com as diferentes possibilidades que o curso pode oferecer. Vale ressaltar, que tal problema é agravado pela dificuldade de deslocamento na cidade através do transporte público no período noturno. Por isso, o próprio tempo de aula acaba sendo condicionado pela necessidade dos estudantes da classe trabalhadora de se descolarem da universidade aos seus locais de moradia, distante alguns quilômetros.

Em nossa pesquisa de doutorado (GIROTTI, 2014), verificamos as inúmeras dificuldades enfrentadas por estudantes da classe trabalhadora em uma universidade pública localizada na região Sudoeste do Estado do Paraná. Através da aplicação de questionários



e a realização de entrevistas, foi possível analisar como tais estudantes percebem e vivem a experiência universitária, bem como as angústias e frustrações surgidas desta experiência. Nas falas dos estudantes entrevistados, a condição material de classe trabalhadora está sempre presente, diminuindo a disponibilidade de tempo para que os mesmos possam participar dos diferentes tempos e espaços formativos da universidade, sejam em projetos de pesquisa, extensão, ensino, seja na fruição de equipamentos básicos para a construção do conhecimento, como o uso da biblioteca e das salas de estudos.

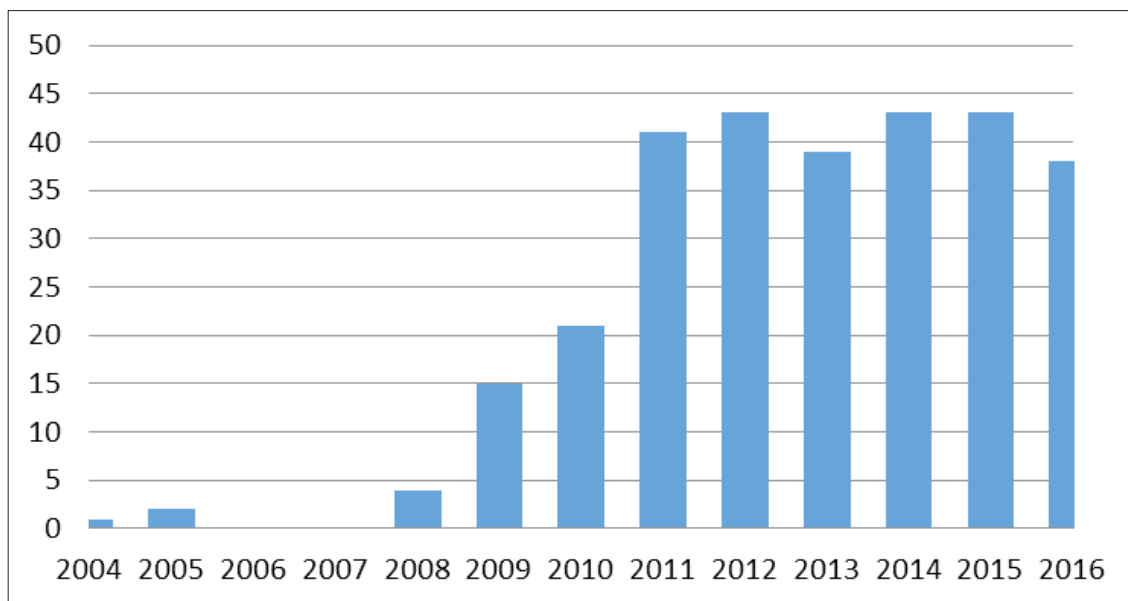
Neste sentido, as pesquisas demonstram que são inúmeros os desafios trazidos pela ampliação do acesso da classe trabalhadora ao Ensino Superior. Portanto, problematizar estas e outras questões apontadas pelos autores e autoras se constitui ação essencial, em nossa perspectiva, para que possamos avançar na consolidação do direito à educação que pressupõe uma escolarização no ensino superior capaz de possibilitar aos diferentes sujeitos a construção de conhecimentos, conceitos, conteúdos, linguagens, saberes científicos, técnicos e profissionais fundamentais para a ação no mundo contemporâneo. Diante disso, a partir deste levantamento das discussões construídas em diferentes pesquisas sobre a temática, passaremos a análise dos dados obtidos em nossa investigação.

### **O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DO DG-USP**

Como dissemos na introdução deste trabalho, no primeiro semestre de 2016 realizamos um levantamento com o intuito de compreender o perfil socioeconômico dos estudantes regularmente matriculados no curso de Graduação de Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Para tanto, aplicamos um questionário que contou com a participação de 290 estudantes (em um total de 1127 matrículas), disponível em plataforma online. A figura 1 indica o ano de ingresso dos estudantes que responderam o questionário:



**Figura 1:** Ano de Ingresso no DG-USP

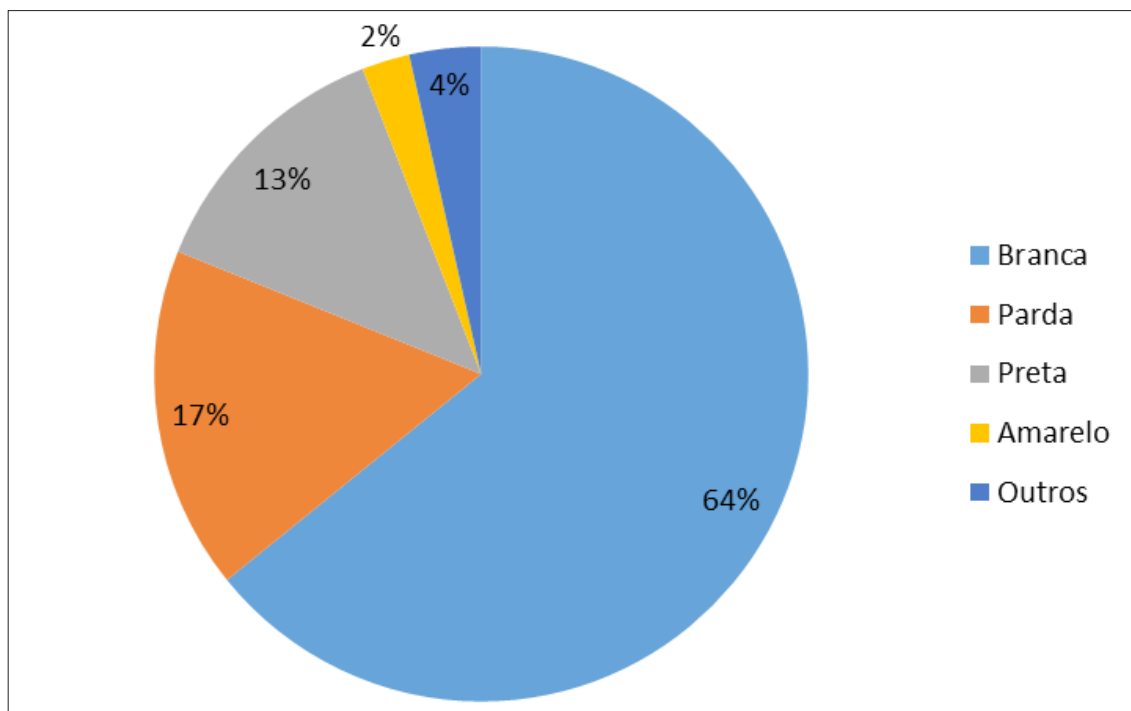


**Fonte:** elaborado pelo autor a partir dos dados de questionário. Junho de 2016

Em relação à caracterização dos entrevistados, 63% encontram-se na faixa entre 18 e 25 anos (63%), sendo pouco representativa a faixa de estudantes acima dos 40 anos (3%). Em relação à distribuição por sexo, 49% são mulheres e 51% homens. Em relação ao estado civil, predominam os estudantes solteiros. Na Figura 2, podemos perceber a distribuição dos estudantes em relação a autodeclaração de raça/etnia. Neste item, optamos por questão aberta, dando oportunidade para os entrevistados realizarem a autodeclaração.

Pelos dados, é possível perceber que predomina a presença de brancos no DG-USP, sendo que o percentual de estudantes que se declaram Pretos e Pardos está muito próximo daquele encontrado no estado de São Paulo<sup>4</sup>. Vale ressaltar que não houve nos questionários autodeclaração de estudantes indígenas, o que reforça a necessidade entendimento desta ausência e sua possível relação com as políticas de acesso e permanência à Universidade de São Paulo, o que foge do escopo deste trabalho.

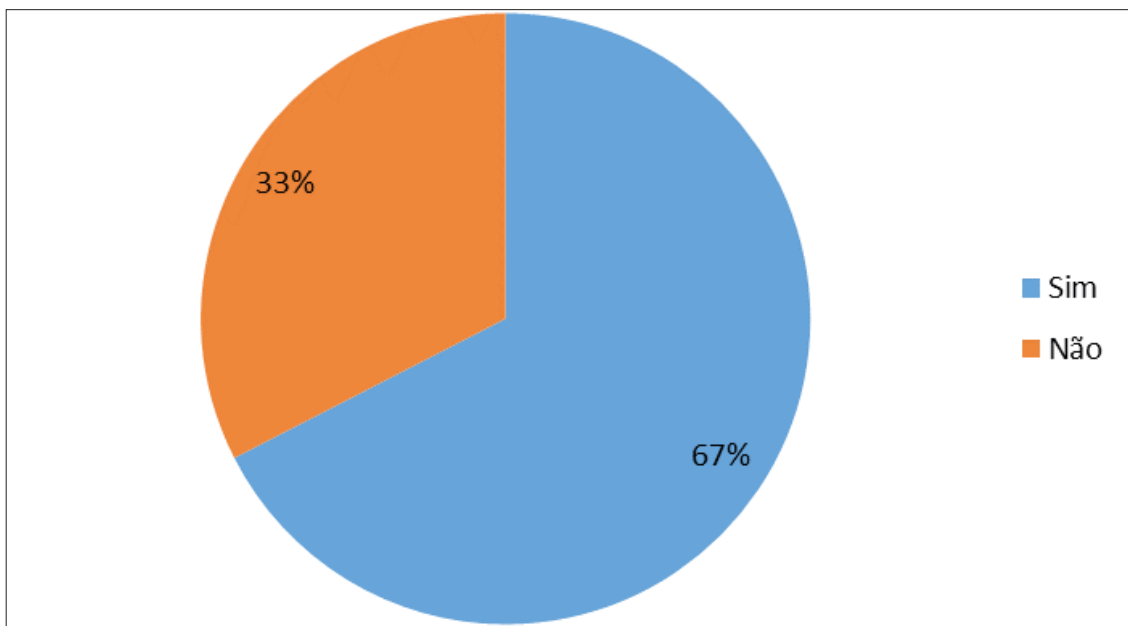
<sup>4</sup> Segundo os dados do IGBE 2013, 34,5% da população do Estado de São Paulo se declaram Preta ou Parda.

**Figura 2:** Autodeclaração de raça/etnia

**Fonte:** elaborado pelo autor a partir dos dados de questionário. Junho de 2016

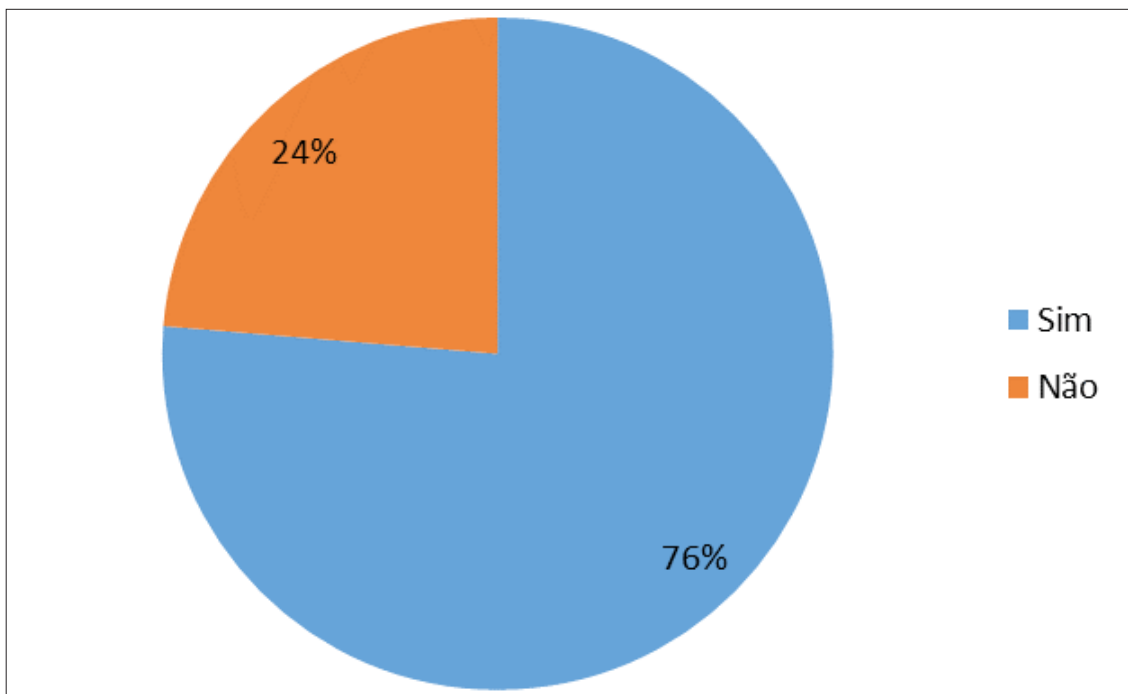
Vale ressaltar que este recorte étnico-racial foi pouco abordado nas pesquisas discutidas na primeira parte deste trabalho. No entanto, tal recorte traz também importantes questões, uma que vez tem impacto no perfil socioeconômico dos estudantes do DG-USP e problematiza os limites de uma abordagem que, ao enfatizar a questão de classe, acaba por não levar outras dimensões da constituição do sujeito que tem ampla implicação em sua vivência no mundo e na universidade.. Os dados abaixo mostram como os estudantes que se autodeclararam pretos no DG-USP possuem uma condição econômica mais desfavorável em relação aqueles que se autodeclararam brancos.

**Figura 3:** estudantes do DG-USP que trabalham e se autodeclaram brancos

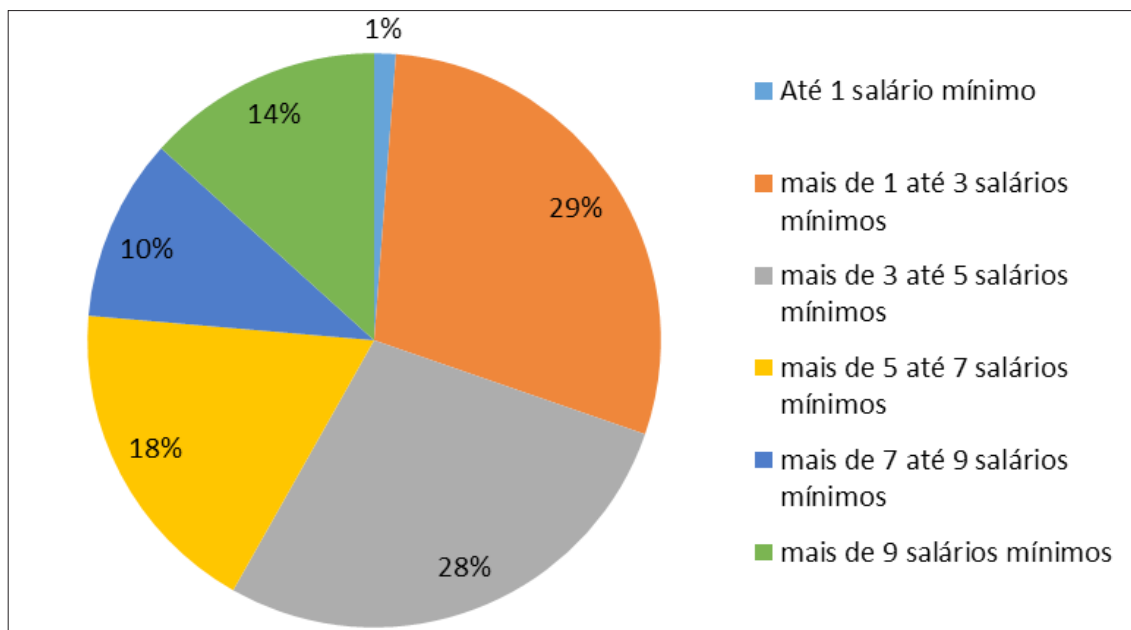


**Fonte:** elaborado pelo autor a partir dos dados de questionário. Junho de 2016

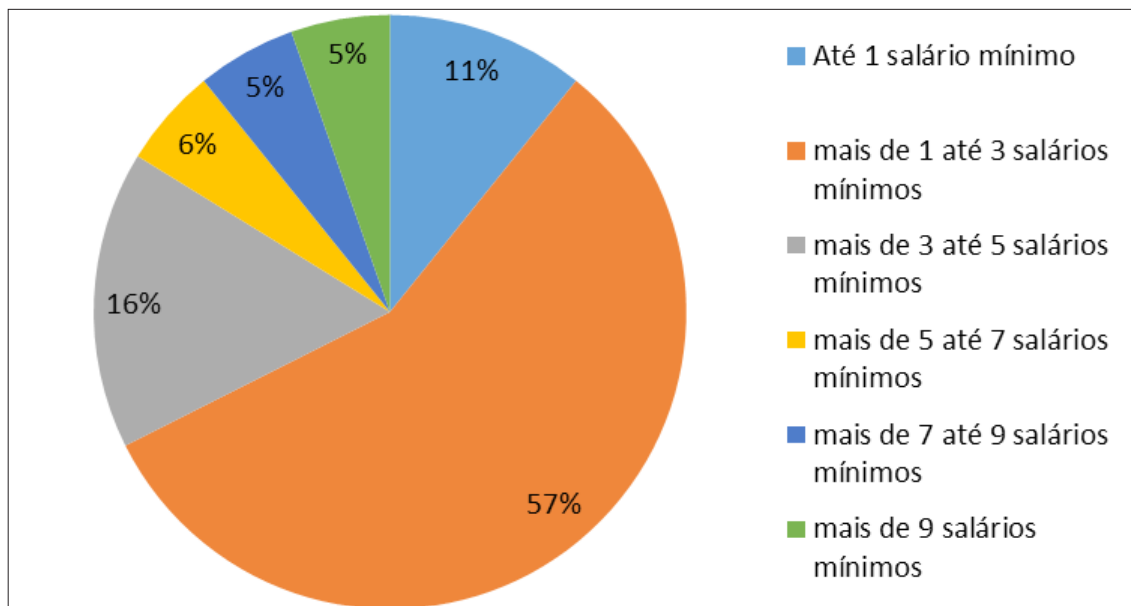
**Figura 4:** estudantes do DG-USP que trabalham e se autodeclaram pretos



**Fonte:** elaborado pelo autor a partir dos dados de questionário. Junho de 2016

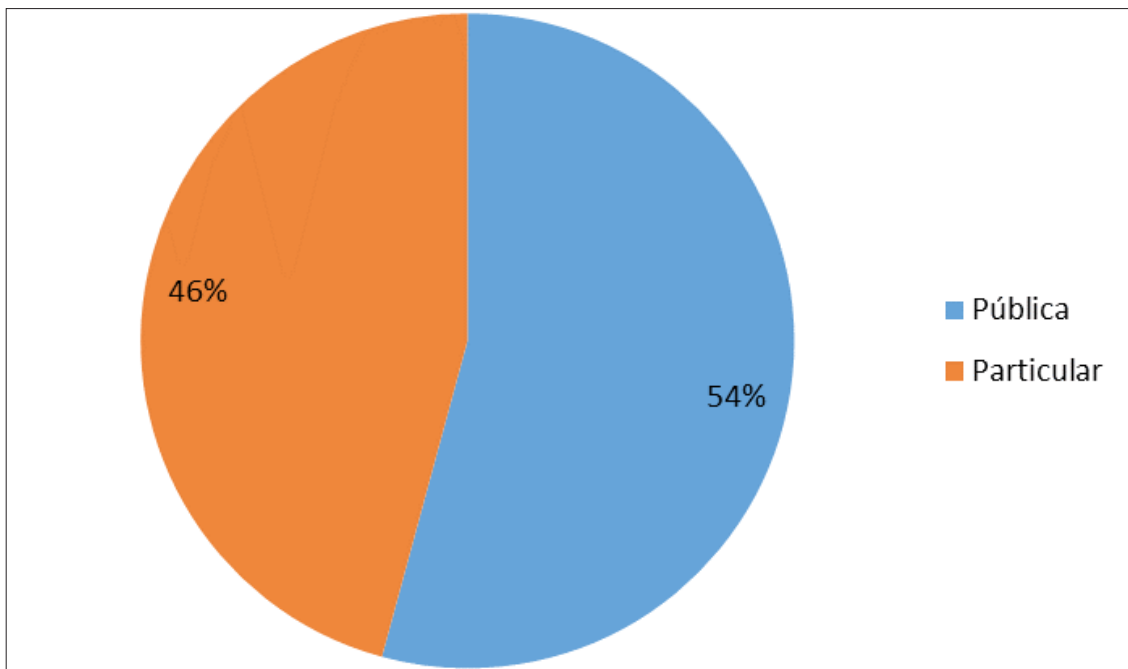
**Figura 5:** Renda Familiar dos estudantes do DG-USP que se autodeclaram brancos:

**Fonte:** elaborado pelo autor a partir dos dados de questionário. Junho de 2016

**Figura 6:** Renda Familiar dos estudantes do DG-USP que se autodeclaram pretos:

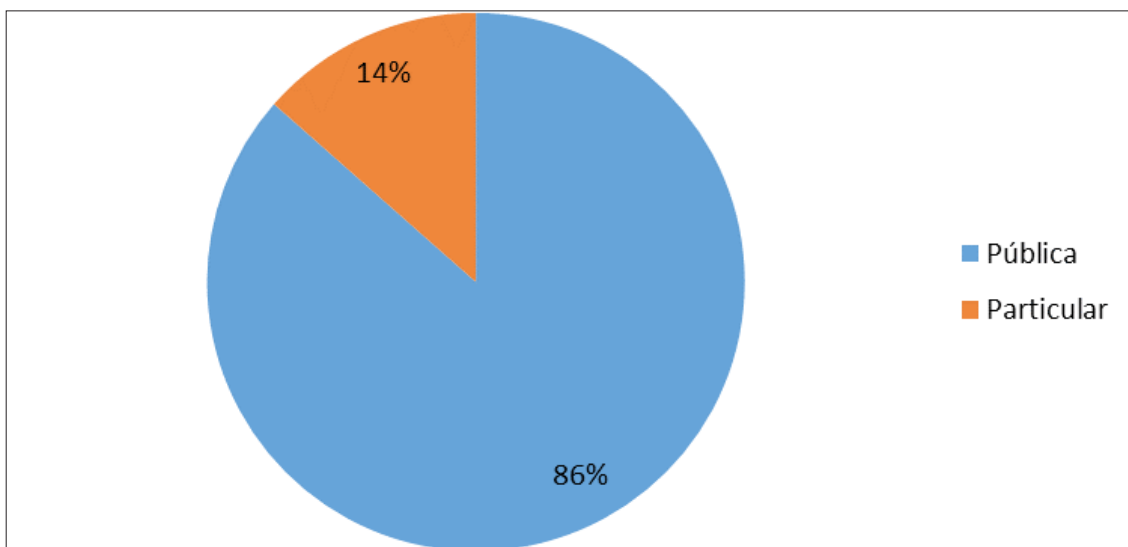
**Fonte:** elaborado pelo autor a partir dos dados de questionário. Junho de 2016

**Figura 7:** Escola em que estudou no Ensino Médio dos estudantes do DG-USP que se autodeclararam branco



**Fonte:** elaborado pelo autor a partir dos dados de questionário. Junho de 2016

**Figura 8:** Escola em que estudou no Ensino Médio dos estudantes do DG-USP que se autodeclararam pretos



**Fonte:** elaborado pelo autor a partir dos dados de questionário. Junho de 2016

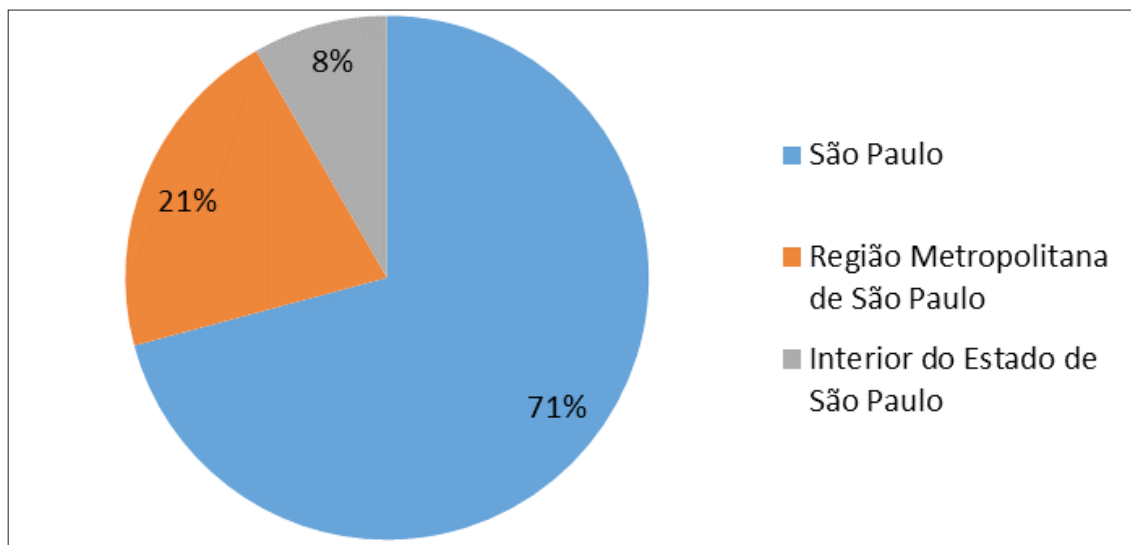
É possível perceber pelas figuras anteriores que em todas as variáveis os estudantes que se autodeclararam pretos apresentam condições socioeconômicas mais desfavoráveis, o que acentua a necessidade de se levar em consideração esta dimensão tanto nas políticas de acesso quanto de permanência dos estudantes no Departamento de Geografia. Trata-



se, portanto, de reconhecer que a condição de classe trabalhadora precisar ser interpretada em diálogo com as outras condições identitárias dos sujeitos, vistos que as mesmas têm importantes implicações nas condições efetivas de ingresso e de vivência do curso superior.

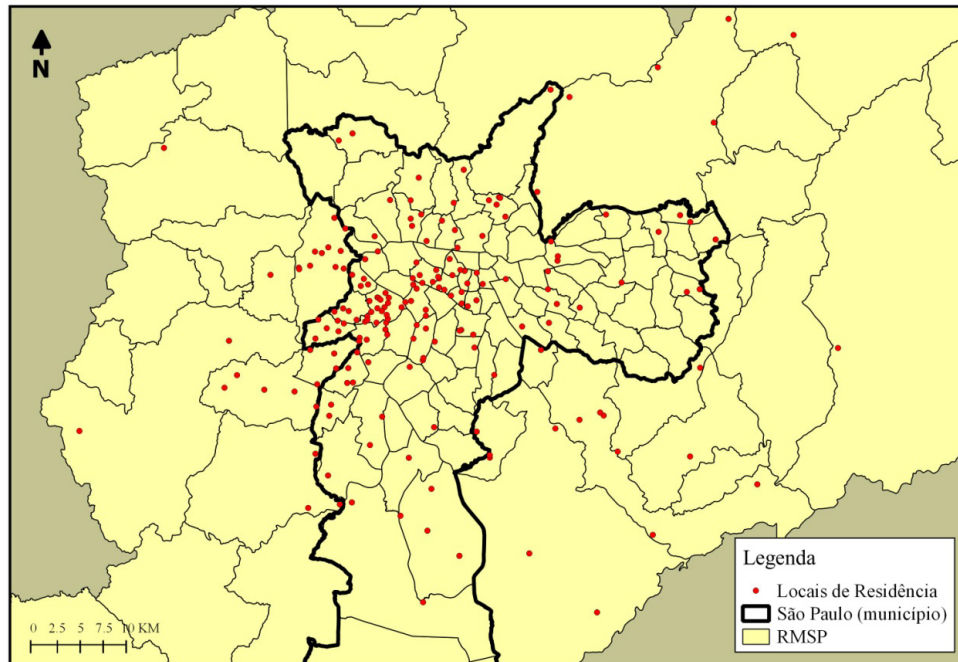
Outro elemento a ser considerado nesta análise refere-se à condição espacial dos sujeitos, também pouco explorada nas análises até aqui construídas sobre a chegada da classe trabalhadora à universidade. No Figura 9 podemos verificar que mais de 70% dos entrevistados de nossa pesquisa residem no município de São Paulo, alcançando, neste levantamento, 91 bairros da cidade de São Paulo, além de outros municípios da região metropolitana e do interior do Estado de São Paulo. O mapa 1 apresenta a distribuição geográfica dos estudantes dos DG-USP que participaram do levantamento:

**Figura 9:** em qual cidade reside atualmente?



**Fonte:** elaborado pelo autor a partir dos dados de questionário. Junho de 2016

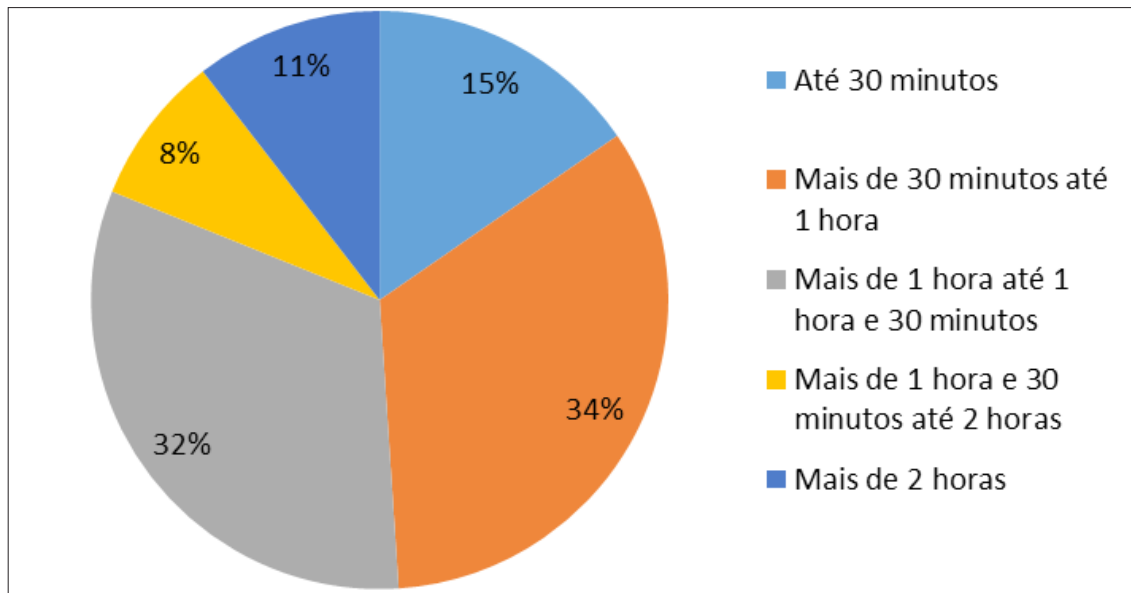
*Distritos e Municípios de Residência (RMSP)  
Alunos DG-FFLCH/USP*



Fonte: GIOTTO, Eduardo D. 2016.

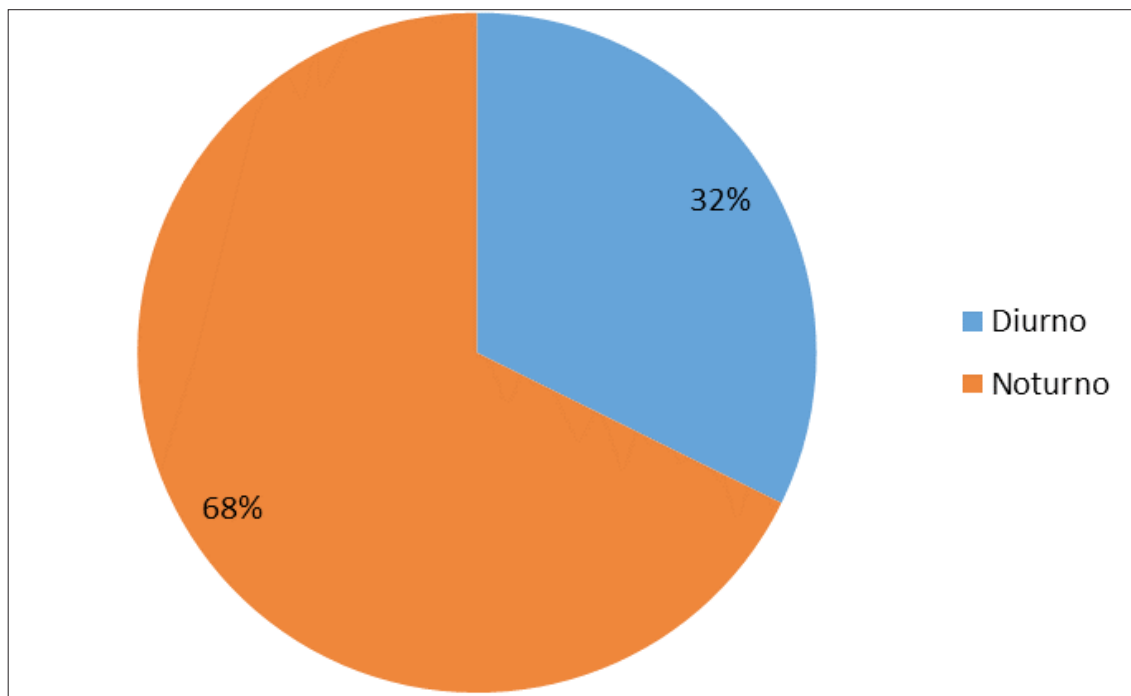
Levando em consideração a informação obtida no questionário de que mais de 70% dos estudantes do DG-USP utilizam o transporte público para se locomoverem de casa/trabalho até a universidade e considerando a distância entre o local de residência e o DG-USP, fizemos uma estimativa, utilizando a plataforma Google Maps, do tempo gasto em média pelos mesmos neste deslocamento. Os resultados desta estimativa estão apresentados na Figura 11 e demonstram que uma importante parcela dos discentes do DG-USP gastam mais de duas horas entre ida e volta para frequentarem o curso. Este tempo de deslocamento tem importante impacto no desenvolvimento das atividades acadêmicas principalmente dos estudantes do período noturno, que se configura como a maior parte daqueles matriculados no DG-USP, conforme indica a Figura 12.

**Figura 11:** estimativa de tempo gasto no transporte público entre a USP e o local de oradia dos estudantes do DG que residem na cidade de São Paulo (apenas ida)



**Fonte:** elaborado pelo autor a partir dos dados de questionário. Junho de 2016

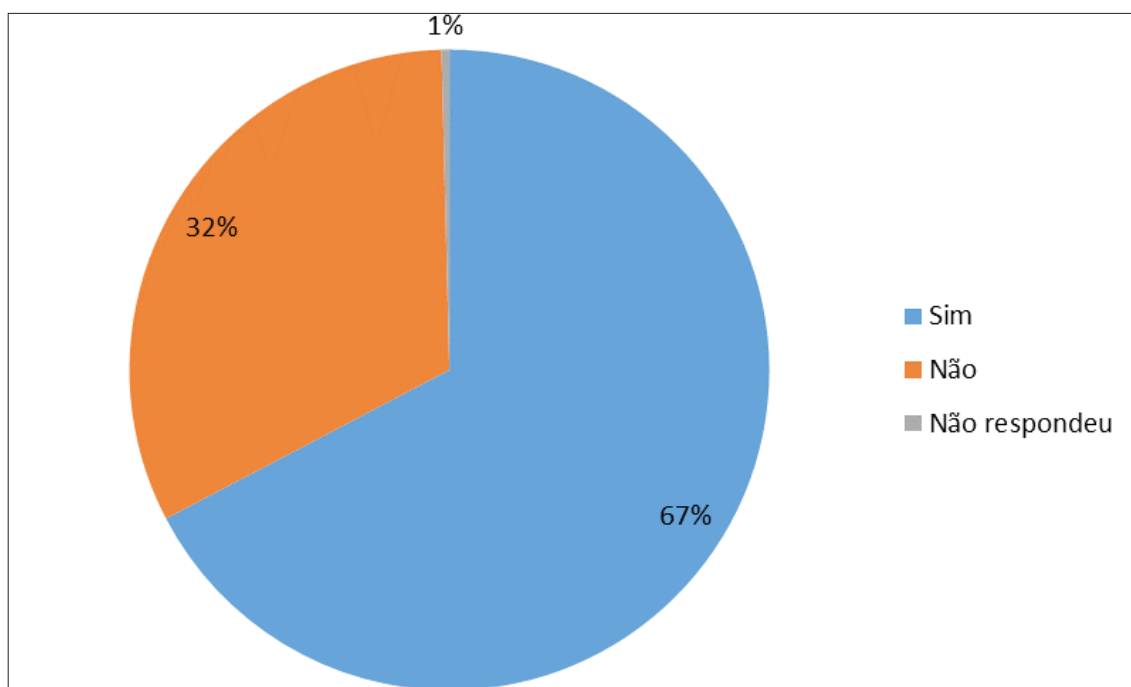
**Figura 12:** horário em que assiste as aulas do curso:



**Fonte:** elaborado pelo autor a partir dos dados de questionário. Junho de 2016

Em nossa vivência no curso, é possível perceber que considerável parcela dos estudantes, em especial, do período noturno, sai mais cedo das aulas, entre 22 e 22h30min<sup>5</sup> para conseguir chegar em casa. Se levarmos em consideração que se tratam de estudantes trabalhadores, conforme demonstrado na Figura 13, estamos diante do final de uma rotina cansativa que envolve deslocamentos entre moradia, trabalho e universidade. Tal rotina, em nossa perspectiva, precisa ser melhor problematizada e levada em consideração nas discussões sobre a estrutura curricular do curso, bem como no momento do planejamento e desenvolvimento das práticas didático-pedagógicas realizadas por docentes e discentes com vistas a possibilitar, diante desta situação socioeconômica, melhores condições de apropriação dos conteúdos teórico-metodológicos desenvolvidos durante o processo formativo.

**Figura 13:** Você trabalha?



**Fonte:** elaborado pelo autor a partir dos dados de questionário. Junho de 2016

Este reconhecimento da geografia dos estudantes do DG-USP reforça o entendimento de que a condição de classe trabalhadora tem uma importante dimensão espacial que precisa, a todo o momento, ser problematizada. Como aponta Santos,

Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público (SANTOS, 1993, p. 115).

<sup>5</sup>Segundo o Projeto Político Pedagógico do Departamento de Geografia da USP as aulas, no período noturno, vão das 19:30 às 23:30.

Esta condição espacial dos estudantes implica na forma como os mesmos vivem a universidade. Neste sentido, tais dados contribuem também para problematizarmos as questões referentes à permanência estudantil, em especial, a ampliação das vagas de moradia que poderiam resultar em menor tempo de deslocamento, diminuindo o impacto sobre a desigualdade de vivência da universidade vinculada a condição espacial dos estudantes. Com esse dispêndio menor de tempo e energia, os estudantes do DG-USP, teriam, em nossa análise, melhores condições de se dedicarem as diferentes dimensões do processo formativo no curso de Geografia, explorando as possibilidades de pesquisa, ensino e extensão oferecidas pelas universidades.

Pelos dados apresentados até aqui, é possível perceber que o perfil socioeconômico dos estudantes do DG-USP é bastante semelhante aqueles descritos pelas pesquisas analisadas na primeira parte deste trabalho. Tratam-se, portanto, de estudantes-trabalhadores, que buscam conciliar os desafios da universidade com aqueles vinculados a dinâmica do mundo do trabalho e o deslocamento entre casa-trabalha-universidade. Por isso, têm pouco tempo para vivenciarem as possibilidades do curso superior e construir experiências a partir de projetos de pesquisa, extensão e ensino. O tempo rápido da vida cotidiana consome uma parte importante das possibilidades de efetiva escolarização no ensino superior e com isso inúmeros angústias e questionamentos surgem.

Com o objetivo de compreender melhor esta percepção dos estudantes em relação as dificuldades que a condição de classe trabalhadora traz à relação com a universidade e o curso de Geografia, propusemos uma questão em nosso levantamento sobre o tema. Tratou-se de uma questão aberta que solicitava aos estudantes relatarem as principais dificuldades enfrentadas pelos mesmos com o curso até o presente momento. Pelas respostas, fica evidente que a condição de trabalhador tem importantes implicações que resultam na necessidade dos estudantes de articulação cotidiana em busca de garantir um melhor aproveitamento frente as diferentes demandas do curso. De forma geral, verifica-se nas respostas dos estudantes um intenso processo de estranhamento nos primeiros contatos com a universidade e o curso de geografia, como pode ser constatada por algumas das respostas obtidas através do questionário:

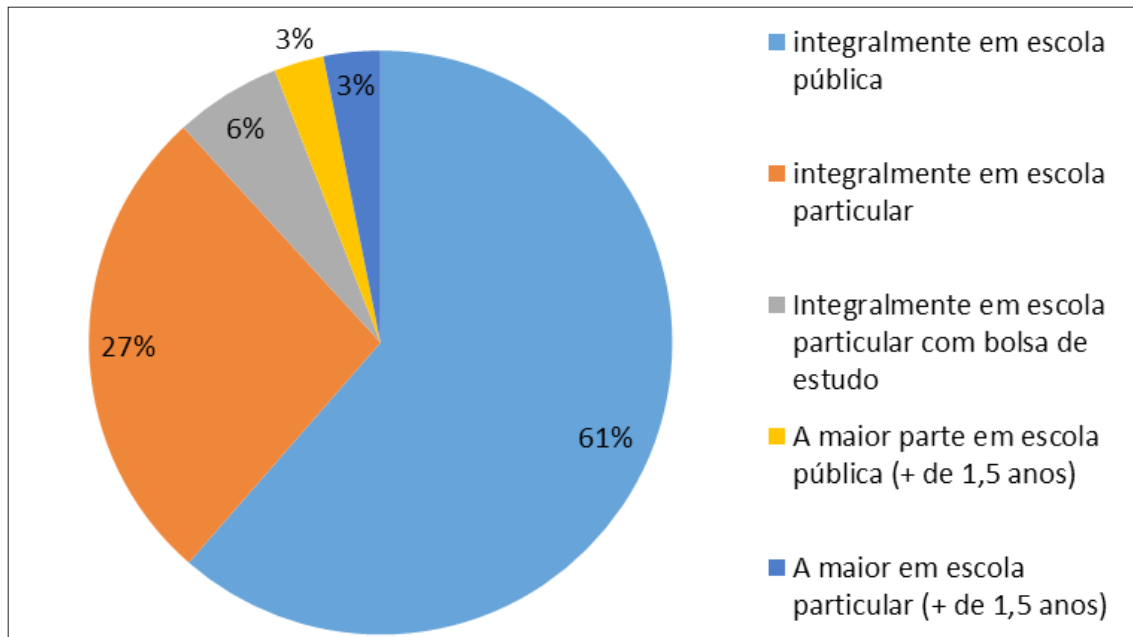
No começo tive muita dificuldade em relação ao conteúdo mesmo, a linguagem acadêmica era muito estranha para mim, principalmente com as matérias de geografia humana. Não tinha nenhum tipo de base ou conhecimentos filosóficos básicos para tudo aquilo e não conhecia nem os termos que eram usados, então não entendia nem as aulas e nem os textos (Estudante 1)



A universidade é um universo totalmente diferente da realidade que eu vivia, por conta disso, a dificuldade existe nos mais diversos campos. A disciplina de estudos foi difícil nos primeiros anos. Tive dificuldades pela própria exigência de uma forma de conhecimento que nunca tive contato, além do não reconhecimento do conhecimento que eu tinha (Estudante 2)

Em consonância com aquilo que apontam as pesquisas discutidas na primeira parte de nosso trabalho, o contato com a universidade e com o curso superior se configura como um processo de ruptura com a dinâmica de escolarização até então desenvolvida, feita principalmente em escolas públicas, como demonstra a Figura 14.

**Figura 14:** Escola em que estudo no Ensino Médio



**Fonte:** elaborado pelo autor a partir dos dados de questionário. Junho de 2016

Não se trata de construir um discurso de estigmatização da escola pública como principal instituição responsável pelos problemas enfrentados pelos estudantes no ensino superior. O que nos interessa é ampliar o debate para a necessidade do entendimento do processo de escolarização na educação básica pública e as dinâmicas pedagógicas existentes entre esta etapa e o ensino superior. Há uma evidente construção histórica de distanciamento entre estas duas etapas da escolarização, sendo que as políticas recentes de acesso ao ensino superior não têm sido capazes de desconstruir este processo. O que ocorre, muitas vezes, é que o único ponto de contato entre os sujeitos da escola básica e da universidade é o vestibular que, em nossa perspectiva, é incapaz de compreender a multiplicidade de experiências pedagógicas produzidas na educação básica, sendo, inclusive, um dos responsáveis por difundir uma falsa ideia do que ocorre na universidade.

Tal distância tem contribuído para ampliar as dificuldades que os estudantes da classe trabalhadora enfrentam quando acessam o ensino superior. A entrada em um novo contexto de exigências, dinâmicas, debates, discussões, de leituras, trabalhos, análises, posicionamentos provoca uma reflexão nos alunos e alunas ingressantes que passam a avaliar como insuficientes os conhecimentos construídos até então e as ações necessárias para a continuidade de sua trajetória de escolarização. São dificuldades que, muitas vezes, refletem problemas básicos como de leitura e interpretação de textos, conforme mostram o relato obtido:

A principal dificuldade foi na compreensão de alguns textos. Entender, de fato, o que está escrito para então desenvolver um pensamento, uma crítica, assimilação com um texto anterior para dar seguimento a matéria (Estudante 4)

Identifico-me profundamente com o relato deste estudante. Lembro-me das primeiras leituras que realizei, como aluno, no Departamento de Geografia da USP. De fato, tenho ainda viva em minha memória o primeiro texto: o capítulo inicial do livro “Marxismo e Geografia” de Massimo Quaini, exigência da disciplina de História do Pensamento Geográfico. O contato inicial com este livro trouxe, ao mesmo tempo, alegria e decepção. De um lado, estava diante de meu processo de iniciação em um campo científico, caminhando entre os seus autores, conceitos, concepções. De outro, via a interdição de minha efetiva entrada neste campo, que se vinculava ao fato de que não conseguia entender o que lia. O texto denso de Quaini aparecia aos meus olhos como outra língua, outro idioma, códigos que eu identificava, mas não compreendia. Aos poucos, no decorrer do semestre, fui percebendo que esta dupla sensação, de angústia e alegria, iria me acompanhar por mais tempo, em outras disciplinas e que, portanto, era preciso enfrentá-la.

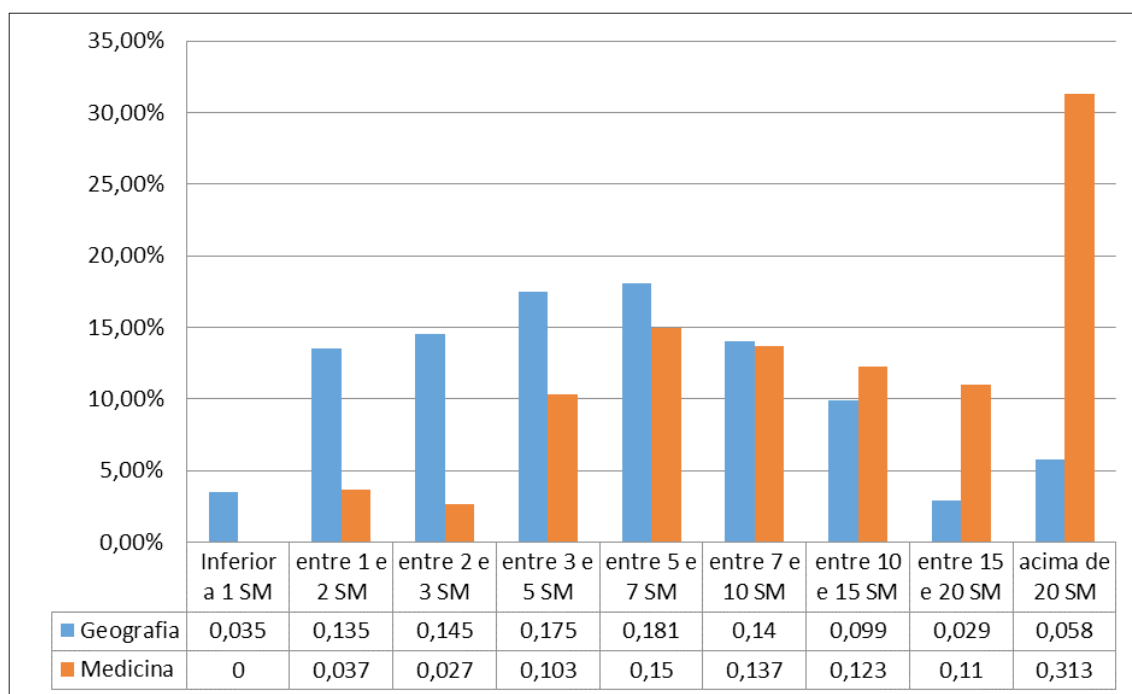
O que mais me chamava atenção naquele contexto é que parecia ser esta uma dificuldade restrita a minha relação com a universidade e com o curso. Algum tempo depois, em conversar informais, pude entender que se tratava de dificuldades partilhadas com outros estudantes, que tinham trajetórias de escolarização e de vida muito semelhantes a minha. O interessante é que no contato inicial com a universidade e com o curso, quando estas dúvidas, angústias, dificuldades e questionamentos apareceram de forma mais intensa, pouco falamos delas. Passado o tempo que nos possibilita olhar de forma mais distante este processo, é possível afirmar que pouco ou nenhum espaço havia na dinâmica político-pedagógica do curso que possibilitasse aos estudantes a expressão destas dificuldades iniciais.

O não-reconhecimento deste estranhamento inicial e de todas as implicações que ele traz na relação dos estudantes da classe trabalhadora com a universidade e com o curso produz,

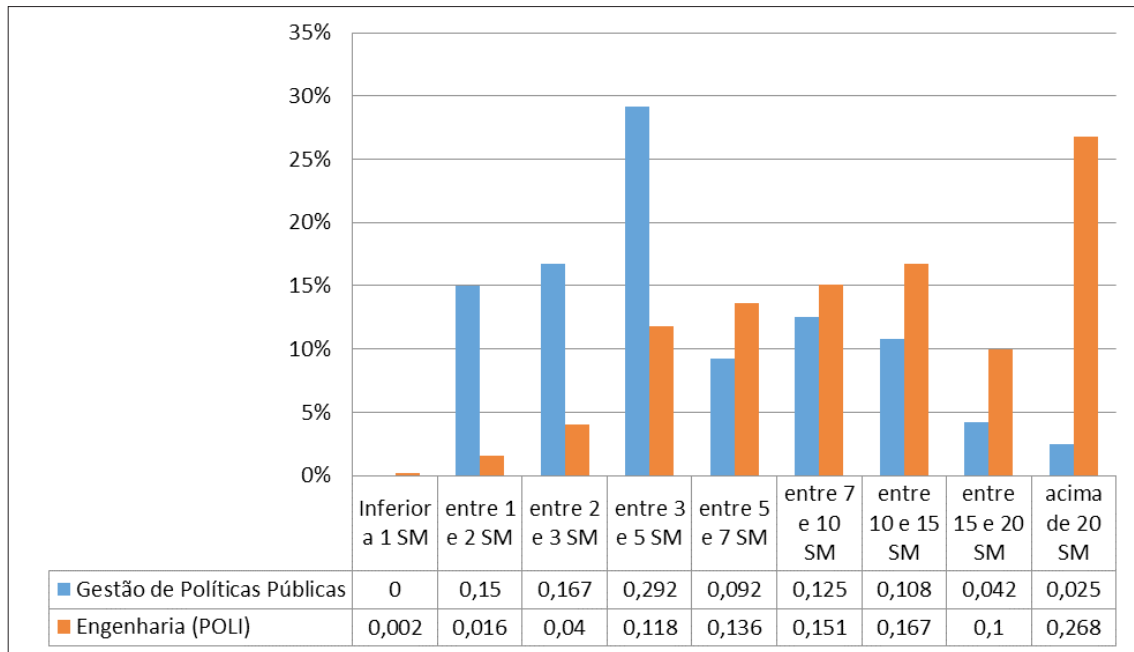
muitas vezes, um efeito de isolamento através do qual os estudantes se veem sozinhos no processo de construção de alternativas as dificuldades vivenciadas, sem que com isso se produza um debate importante sobre a dinâmica do curso, seus conteúdos, práticas, significados. Trata-se, portanto, de uma ação que reforça a ideia do “esforço contínuo”, discutido por Almeida (2006), ocultando assim a necessidade de um entendimento mais amplo das trajetórias de escolarização dos estudantes da classe trabalhadora no ensino superior.

Na construção deste “esforço contínuo”, os estudantes da classe trabalhadora se deparam também com uma profunda desigualdade existente no interior da própria universidade, principalmente no que se refere às condições materiais dos cursos e das políticas de permanência estudantil. E aqui há um debate importante a ser levado em consideração: ainda predomina uma visão, difundida, em grande parte, pelos meios de comunicação, que caracterizam as universidades públicas como lugares exclusivamente das elites econômicas e políticas do país. Tal visão se assenta em profundos interesses privatistas, uma vez que a mesma é utilizada como justificativa para a cobrança de mensalidades nas universidades públicas e busca ocultar a ampliação do acesso da classe trabalhadora as mesmas. No momento atual, estamos diante de um processo que expõe as desigualdades internas na universidade pública, uma vez que sua democratização e ampliação do acesso se deu de forma parcial. Os dados a seguir demonstram melhor esta discussão:

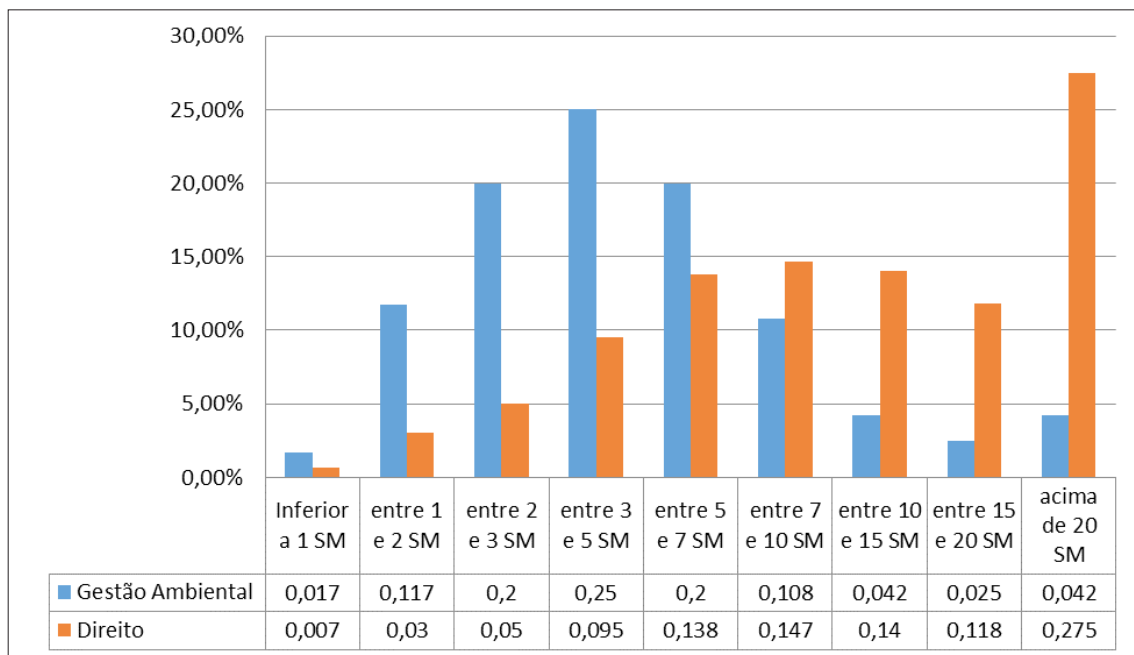
**Figura 15:** renda familiar dos ingressantes na USP por carreira (2015)



**Fonte:** elaborado pelo autor a partir de dados da FUVEST 2015.

**Figura 16:** renda familiar dos ingressantes na USP por carreira (2015)

**Fonte:** elaborado pelo autor a partir de dados da FUVEST 2015.

**Figura 17:** renda familiar dos ingressantes na USP por carreira (2015)

**Fonte:** elaborado pelo autor a partir de dados da FUVEST 2015.

Comparando a renda familiar dos matriculados em 2015 na USP em cursos de maior e menor concorrência é possível identificar este processo de profunda desigualdade existente na dinâmica atual da universidade. Há uma clara inversão: enquanto nos cursos de menor concorrência predominam estudantes com renda familiar abaixo de cinco salários mínimos, nos cursos de maior concorrência se concentram estudantes com renda superior a 10 salários mínimos, sendo que um  $\frac{1}{4}$  deles têm renda familiar acima de 20 salários mínimos. Portanto, afirmar que a universidade é apenas lugar das elites, desconhecendo esta dinâmica atual que vem sendo mapeada em diversas pesquisas no campo da política educacional, é agir de má fé.

Esta desigualdade do perfil socioeconômico dos estudantes dos cursos mais e menos concorridos da USP se materializa também nas condições materiais dos cursos e departamentos e são percebidos pelos estudantes do DG-USP como uma das dificuldades neste processo de escolarização no ensino superior, conforme os relatos obtidos:

Falta de estrutura da sala pró-aluno, falta de estrutura dos laboratórios, falta de disciplinas optativas que não são dadas por falta de professores (Estudante 3)

Precarização do curso, métodos de ensino ruins (ex: aulas com demasiados slides e discussões desconexas) e exigências inúteis (cargas de leitura incompatíveis com carga horária), falta de bolsas com carga de trabalho e remuneração justas, professores que não estão nem aí para o ensino (Estudante 4)

Entraves com salas superlotadas, oferecimento de disciplinas na grade curricular e poucos professores no departamento para assumirem as disciplinas (Estudante 5)

E neste processo se assenta uma intensa perversidade que precisa ser profundamente discutida: a falta de condições materiais para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas nos cursos que tem a maior parte dos seus estudantes provenientes da classe trabalhadora aprofunda a desigualdade de oportunidades de efetiva escolarização. Enquanto nos cursos de maior concorrência predomina um perfil de estudante que não precisa conciliar trabalho e estudo e por isso tem mais tempo para se dedicar as possibilidades oferecidas no curso superior, nos cursos de menor concorrência, como é o caso da Geografia, a garantia das condições materiais para a realização das atividades didáticos-pedagógicas se constitui como condição mínima para o enfrentamento das dificuldades e melhor aproveitamento do curso. No entanto, pelos relatos dos estudantes, é possível perceber que a classe trabalhadora tem se deparado com condições muito aquém daquelas minimamente necessárias para a fruição do curso superior. Os relatos de salas lotadas, falta de docentes, laboratórios sucateados, falta de recursos para trabalhos de campo revelam que, para muitos destes



estudantes, o sonho da universidade pública vai se esfacelando frente ao contato cotidiano com a desigualdade de oportunidades.

Todos estes elementos até aqui discutidos indicam a necessidade da construção de políticas que sejam capazes de combater as desigualdades de permanência com as quais se deparam cotidianamente os estudantes da classe trabalhadora. Parte destas desigualdades decorrem das condições materiais encontradas nos cursos. A outra parte, está diretamente relacionada as práticas político-pedagógicas. E aqui uma questão se coloca como urgente: quais mudanças a chegada da classe trabalhadora ao ensino superior têm provocado nas dinâmicas do curso? Tais condições até aqui discutidas têm sido levadas em consideração no momento de planejamento curricular, na construção dos planos de aula? São estas as questões que pretendemos enfrentar na parte final deste texto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: ACESSO, PERMANÊNCIA, RESISTÊNCIA**

Em nossa perspectiva, a chegada da classe trabalhadora à universidade pressupõe um movimento de repensar as práticas pedagógicas que busque ampliar o debate levando em consideração as experiências produzidas por estes sujeitos tanto no período de escolarização anterior à universidade, quanto nas representações que constroem neste contato inicial com o curso. Neste debate, está clara a provocação feita por Arroyo (2012) no que se refere aos outros sujeitos e outras pedagogias: “em que aspectos essas presenças afirmativas de outros sujeitos interrogam as teorias pedagógicas e pressionam por outras pedagogias? (ARROYO, 2012, p. 26). Nesta reflexão, todos os sujeitos do processo educativo são provocados a se colocarem em questão, revendo métodos, práticas, temas e conteúdos em busca da construção de processos educativos que produzam diálogos significativos para todos os participantes. Neste sentido, é preciso que os caminhos de comunicação entre os diferentes sujeitos do curso estejam desbloqueados, possibilitando assim que estas demandas apareçam e sejam reconhecidas como legítimas e fundamentais para a realização de um processo que vai do acesso à democratização do ensino.

Neste processo, pensamos ser bastante relevante dialogarmos com as práticas e pesquisas sobre educação popular, colocadas em práticas com maior intensidade a partir da década de 1960 no Brasil. Como aponta Arroyo, neste contexto, os trabalhos de Paulo Freire tiveram papel de destaque uma vez que as ações educativas que propunha estabelece um outro caminho de diálogo com a classe trabalhadora, uma vez que “não propõe como educá-los,

mas como se educam, nem como ensinar-lhes, mas como aprendem, nem como socializá-los, mas como se socializam, como se afirmam e se formam como sujeitos sociais, culturais, cognitivos, éticos, políticos que são (ARROYO, 2012, p. p. 28).

Há que ressaltar que são inúmeras as resistências ao acesso da classe trabalhadora ao ensino superior. Não se trata de fenômeno recente. Em pesquisa desenvolvida na década de 1980, Spósito discute as reações da elite paulistana ao projeto de ampliação da escolarização básica a partir da década de 1950 na cidade. A autora analisa os textos publicados nos principais jornais da cidade de São Paulo que refletem uma posição bastante crítica ao avanço da escolarização, principalmente na etapa do ensino médio e no ensino superior. Havia uma defesa ampla nos editoriais a defesa da dualidade da escola pública como necessária para o desenvolvimento do Brasil. Era preciso estruturar um ensino fundamental, destinado aos mais pobres, vinculados a dinâmica do trabalho e uma escola secundária e superior, lugar de formação das elites intelectuais que teriam a “missão” de dirigir o desenvolvimento do país. Vale ressaltar que este mesmo discurso está na base do processo de criação da Universidade de São Paulo em 25 de janeiro de 1934.

Do contexto descrito por Spósito ao momento atual, ocorreram importantes avanços no que se refere ampliação das oportunidades educacionais para a classe trabalhadora. Mas se mantém um discurso que busca desqualificar a chegada dos mesmos a universidade, apontando-os como responsável pelos principais problemas que esta etapa educacional tem enfrentado no país. Um relatório da Academia de Ciência de São Paulo de 2013 que analisou a adoção do sistema de cotas sociais e raciais pelas universidades públicas apontou, em suas conclusões, o risco de perda de qualidade dos cursos mais concorridos com a adoção dos referidos sistemas<sup>6</sup>. Tal visão em nossa perspectiva não reconhece que o processo de efetiva democratização do ensino pressupõe um debate que não se restringe a mudanças na forma de acesso, mas avança no reconhecimento de outras pedagogias que valorizem a importância da participação de todos os sujeitos educativos em sua construção. Por isso, concordamos com Arroyo (2012):

As buscar estas outras pedagogias nos outros sujeitos em ações coletivas e movimentos está reconhecendo que estes são sujeitos de outras experiências sociais e de outras concepções, epistemológicas e de outras práticas de emancipação. A diversidade de coletivos, sujeitos em ações e movimentos radicalizam e repolitizam a Pedagogia do Oprimido em Pedagogias da emancipação em movimento (p. 28).

<sup>6</sup> Esta mesma concepção é defendida por José Goldemberg, ex-reitor da USP e atual presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no texto “Mérito na Olimpíada, Cotas nas Universidades?”, publicado na seção Espaço Aberto do jornal O Estado de São Paulo em 19/09/2016.

Por isso, é preciso entender quais são os espaços educativos onde estes sujeitos da classe trabalhadora construíram e constroem sua escolarização, suas práticas educativas e como as experiências a partir destes espaços resignificam a relação com os espaços formais de ensino-aprendizagem na universidade. E aqui, mais um elemento surge nas reflexões construídas por Arroyo. É preciso disputar a exclusividade do conhecimento pedagógico válido.

Nesse quadro de exclusividade pedagógica tão institucionalizada resulta politicamente desestruturante que esses seres pensando inferiores, portadores de saberes inferiores se afirmem sujeitos de outras pedagogias e de outros saberes e façam deste território tão cercado um campo de disputa política (p. 33)

Trata-se, portanto, de reconhecer um duplo movimento: de um lado, uma luta para que as condições materiais de acesso e permanência à universidade pública se ampliem e isso pressupõe lutar por mais investimentos, disputando politicamente os orçamentos públicos em suas diferentes dimensões; do outro lado, significa construir os caminhos de diálogo para compreender aquilo que Boaventura de Sousa Santos denominou de “Epistemologia dos saberes e sujeitos ausentes”. Contra as narrativas que desqualificam como ignorante tudo aquilo que não se enquadra nos critérios definidos pelo paradigma científico dominante, a epistemologia dos conhecimentos ausentes amplia a ruptura paradigmática resultante da crise da ciência moderna, tencionando o reconhecimento de outras narrativas que produzem discursos, ações, identidades e representações da realidade e dos seus fenômenos. Neste processo, está em disputa e movimento a relação entre ciência e senso comum. Como aponta o autor,

A epistemologia dos conhecimentos ausentes parte da premissa de que as práticas sociais são práticas do conhecimento. As práticas que não se assentam na ciência não são práticas ignorantes, são antes práticas de conhecimentos rivais, alternativos. Não há nenhuma razão apriorística para privilegiar uma forma de conhecimento sobre outra qualquer (SANTOS, 2009, p. 247)

Neste sentido, mesmo que ainda limitado, o acesso da classe trabalhadora à universidade têm implicado em um amplo movimento que coloca a disputa pela educação, em suas diferentes dimensões, no centro do processo. Com isso, os lugares do curso (a sala de aula, as plenárias, os conselhos) se tornam também momentos, com maior ou menor intensidade, para discutir o sentido da universidade pública no contexto atual. Diante de tantas formas de controle, burocratização, que visam ampliar o caráter de organização burocrática da universidade pública, conforme interpretou Marilena Chauí (2001), estes outros sujeitos, com suas histórias, geografias e pedagogias próprias, rompem as fronteiras políticas e epistemológicas da universidade atual, provocando rupturas territoriais fundamentais na construção de uma outra universidade mais plural, democrática e equitativa.

## REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, W. M. de Estudante com desvantagens econômicas e educacionais e fruição da universidade. Caderno CRH, Salvador, v.20, nº 49, janeiro / abril de 2007.
2. ARROYO, M. G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
3. FILHO, A. T. & NERY, A. C. B. Ensino superior noturno no Brasil: história, atores e políticas. RBPAAE, v.25, nº1, janeiro/abril de 2009.
4. GIROUX, H. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.
5. HOOKS, B. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
6. NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. Sociologias, Port Alegre, ano 9, nº 17, janeiro/junho de 2007.
7. PEREIRA, S. C. S. & PASSOS, G. de O. Desigualdade de acesso e permanência na universidade: trajetórias escolares de estudantes das classes populares. Linguagens, Educação e Sociedade, Teresina, ano 12, nº 16, janeiro / junho de 2007.
8. PIOTTO, D. C. & ALVES, R. O. Estudantes das camadas populares no ensino superior público: qual a contribuição da Escola. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP, Volume 15, nº 1, Janeiro/Junho de 2011.
9. \_\_\_\_\_ & NOGUEIRA, M. A. Inclusão vista por dentro: a experiência via Includsp. Revista Educação, Porto Alegre, v. 36, nº 3, setembro/dezembro de 2013.
10. POCHMANN, M. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social. São Paulo: Boitempo, 2013.
11. SANTOS, B. de S. Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2009.
12. SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Cortez, 1993.
13. SPÓSITO, M. P. O povo vai à escola. São Paulo: Loyola, 1984.
14. ZAGO, N. Do acesso à permanência no Ensino Superior. Revista Brasileira de Educação. v. 11, n. 32, maior / agosto 2006.

ARTIGO RECEBIDO EM SETEMBRO DE 2017  
ARTIGO ACEITO EM ABRIL 2017